

ESTUDO DE CASO: AS RELAÇÕES NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL PEDRO XAVIER TEIXEIRA DE SENADOR CANEDO EM CPMG (COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS)

CASE STUDY: RELATIONSHIPS IN THE PROCESS OF TRANSFORMATION OF THE STATE COLLEGE PEDRO XAVIER TEIXEIRA DE SENADOR CANEDO IN CPMG (COLLEGE OF THE MILITARY POLICE OF GOIÁS)

CARDOSO, Higor¹
BORBA, Geyson Alves²

RESUMO

O presente trabalho busca analisar o histórico e a transformação do Colégio Estadual Pedro Xavier Teixeira de Senador Carneiro em Colégio da Polícia Militar de Goiás. Com a intensa migração populacional, um dos objetivos era poder favorecer aos seus filhos uma melhor oportunidade de vida através da educação. A partir do ano de 2013 houve um aumento significativo dos Colégios da Polícia Militar. A intenção é melhorar a qualidade do ensino público alterando a administração dos mesmos. Diante de ampla pesquisa bibliográfica, buscou-se abordar a evolução da educação em Goiás até chegar aos 46 (quarenta e seis) CPMG's existentes atualmente.

Palavras-chave: EDUCAÇÃO. EVOLUÇÃO. COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS.

ABSTRACT

The present work seeks to analyze the history and transformation of the State School Pedro Xavier Teixeira of Senador Carneiro at the College of Military Police of Goiás. With the intense population migration, one of the objectives was to be able to favor to its children a better opportunity of life through the education . As of 2013, there was a significant increase in the Military Police Colleges. The intention is to improve the quality of public education by changing their management. Faced with extensive bibliographical research, it was sought to approach the evolution of education in Goiás until reaching the 46 (forty-six) CPMG's that currently exist.

Keywords: EDUCATION. EVOLUTION. COLLEGE OF THE MILITARY POLICE OF GOIÁS.

¹ Aluno do curso de Praça do Pelotão Charlie da 4ª Companhia do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás – CAPM, higorcardoso_pm@hotmail.com; Goiânia – GO. Maio de 2018.

² Professor Orientador: Graduado em Direito, Especialista em Segurança Pública, Análise Criminal e Inteligência, Professor do Programa de Pós Graduação e Extensão do Comando da Academia Militar de Goiás – CAPM, geysenborba@hotmail.com, Goiânia-GO, maio de 2018.

1. INTRODUÇÃO

A partir de 2013 percebeu-se um aumento significativo dos Colégios da Polícia Militar de Goiás (CPMG), que dizem respeito a uma modalidade de gestão das escolas que contam com a parceria entre a Secretaria Estadual de Segurança Pública e a Secretaria de Estado de Educação (SEDUCE). Por meio do Termo de Cooperação essas duas instâncias têm trabalhado para melhorar a qualidade do ensino público de Goiás passando a administração de alguns colégios estaduais para a Polícia Militar.

Neste trabalho traçaremos um breve histórico da educação em Goiás que possibilitou a insurgência da modalidade de gestão dos CPMG até a transformação do Colégio Estadual Pedro Xavier Teixeira, no setor Todos os Santos de Senador Canedo, em Colégio da Polícia Militar. Tal fato ocorreu em 2015 e nossa intenção é fazer um estudo de caso dessa transformação. Abordaremos as formas da administração do colégio, os docentes e discentes.

A nível de maior entendimento, o objetivo deste artigo será abordar o histórico e o funcionamento dos Colégios da Polícia Militar. Através desta gama de informações, é possível evoluir e buscar melhorias para cada vez mais se alcançar um status de colégio padrão, onde toda a educação do país poderá se espelhar.

Considerando o curto período de tempo que possuímos para a realização deste estudo de caso e a própria complexidade do objeto de estudo, compreendemos que será impossível abordar e encerrar todas as investigações possíveis para o caso. Dessa forma este trabalho tem por objetivo contribuir para que novas pesquisas a respeito surjam, visto que há tão pouco material já disponível para consulta.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO EM GOIÁS

Em meados da década de 1930 e início da década de 1940 a cidade de Goiânia é criada em Goiás atendendo a uma necessidade de modernização, pois a construção da cidade providenciava uma ruptura da tradição coronelística do interior, na qual as famílias oligárquicas regiam a província. É no contexto de uma época de

urbanização em que se objetivava a retirada da população do interior do Brasil do “atraso”, que a capital do estado de Goiás foi criada em torno de Campinas, cidade que abrigava o colégio Santa Clara, tido como um dos melhores do estado. Nesse âmbito, a população rural que migrava para a capital tinha também a intenção de que seus filhos encontrassem ali escolas que promoveriam seu futuro longe do atraso e com possibilidades de ascensão social (ALVES, 2012).

Segundo Alves (2012), a escola pública era direcionada às classes mais baixas, em geral àquelas de origem rural que se destinavam às cidades em busca de melhores condições de vida, o que muitas vezes não se concretizava. Dessa maneira as escolas públicas acabaram sendo taxadas de “lugar de pobre” que visavam apenas o preparo da mão de obra para a indústria. Não demorou muito para que também fosse mencionada a má qualidade de ensino dessas escolas.

Nos últimos trinta anos a educação pública brasileira passou por muitas transformações e uma das mais significativas se deu durante as duas gestões do Governo de Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990. Seguindo uma agenda internacional sugerida por países desenvolvidos, que apresentava exigências a serem cumpridas para que países em desenvolvimento se alinhassem ao capital globalizado, ocorreu a Reforma educacional do Estado brasileiro, que se deu através do Plano Diretor da Reforma Do Estado Brasileiro de 1995 (GUIMARÃES, 2017).

Bresser-Pereira (1998, Apud GUIMARÃES, 2002) vai dizer que um dos principais objetivos do Plano Diretor da Reforma Do Estado Brasileiro foi traçar maneiras de delinear a responsabilidade do Estado e transmitir para outras instâncias da sociedade alçadas que seriam encarregadas às organizações públicas não estatais, que receberiam o nome de Organizações Sociais. Assim, a forma de organização das empresas privadas foi trazida para a burocracia estatal, a legitimação dessa mudança foi melhorar a qualidade de serviços que o Estado fornecia de forma precária, como por exemplo, saúde, educação e segurança.

A partir da década de 1990 e 2000 as vagas disponíveis na escola pública brasileira se expandiram significativamente. No entanto, não ocorreu em igual proporção o aumento do financiamento para essas escolas, mesmo que tenha sido relegada à educação a responsabilidade principal de redução das desigualdades sociais e combate à pobreza (GUIMARÃES, 2017). Assim,

A tese de que a escola pública projetada na transição do regime ditatorial para a democracia havia fracassado, tornou-se a principal justificativa para a emergência de novos modelos de gestão do trabalho escolar inseridos

nos sistemas estaduais e municipais de ensino. De acordo com entusiastas dos novos modelos de gestão do trabalho escolar, estes deveriam proporcionar a diminuição da violência, indisciplina, evasão e a repetência. É neste contexto que se verifica a difusão do novo modelo de gestão militarizada das escolas públicas, presente em diferentes sistemas estaduais de ensino no país, e que teve no sistema público de ensino do estado de Goiás sua experiência mais avançada (SANTOS 2012, Apud GUIMARÃES, 2002, p. 9).

Dessa forma, concomitantemente às reformas citadas, os colégios da Polícia Militar em Goiás (CPMG) são implantados durante o governo democrático na década de 1990, mas a ideia da criação desses colégios é mais antiga e remonta ao Regime Militar (1964-1985) (SANTOS, 2016). Segundo Souza (1999, Apud SANTOS 2016) execução dos CPMG aconteceu em 27 de julho de 1998, até esse momento não existiam associações entre o colégio da PM e o Sistema de Educação de Goiás:

Somente em 31 de julho de 1998, uma comissão formada por policiais e pelo comandante da corporação solicitou ao Conselho Estadual de Educação (CEE) autorização para o funcionamento de cursos destinados aos ensinos fundamental e médio. Até então, a única formação disponível na PM era a preparação para soldados e oficiais da Corporação (SANTOS, 2016, p.19).

2.2. HISTÓRIA DOS COLÉGIOS DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS

O primeiro CPMG foi instalado, inicialmente, na própria Academia da Polícia Militar ambiente onde os membros da Polícia Militar são treinados e formados, e mesmo que o local tenha sido aprovado pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), funcionou somente nos últimos meses de 1998, tempo necessário para a elaboração dos documentos necessários para a regulamentação do colégio. Dessa forma em 1999 o estado de Goiás outorgou à polícia, através da Secretaria de Educação, a Escola Estadual de 1º grau Vasco dos Reis (SANTOS, 2016).

Durante o mesmo ano a experiência do CPMG foi incorporada como um dos projetos de educação do então governador do estado Marconi Ferreira Perillo Júnior, filiado ao PSDB. Ocorreu assim a convocação da PM para assumir a direção do Colégio Estadual Hugo de Carvalho Ramos (CANESIN et al., 2003, Apud SANTOS, 2016). Durante a década de 1990, o colégio que fora criado em 1982, “passou por uma série de dificuldades, tais como depredação de seu espaço físico, condições ruins de trabalho para os educadores e baixo rendimento escolar” (SANTOS, 2016 p. 21).

Dessa forma, em 2000 a PM assumiu a escola com seus 1700 alunos e, visando resolver os problemas enfrentados, o colégio foi reformado, foi atribuído aos pais e responsáveis pelos alunos uma contribuição financeira com a qual construíram piscina, praça de esporte e revitalização do espaço. A rigidez das regras, a disciplina militar na escola, e a expulsão de alunos que não se adequavam, fez com que os policiais controlassem a situação de forma rápida e efetiva, seduzindo dessa forma, a comunidade local (SANTOS, 2016).

Santos (2016) afirma que os CPMG só foram criados legalmente em 2001 através da Estadual nº 14.050 (a lei retroage sobre os CPMG que existiam até então) e regulamentados no mesmo ano com a Lei nº 14.044 que “dispõe das normas gerais das unidades escolares dos CPMG, que, segundo ela, destinar-se-ão ao ensino fundamental e médio e terão as instalações e atividades regidas por comando e direção de oficiais da ativa, nos postos de Tenente-Coronel e Major” (SANTOS, 2016, P. 22). Ainda que dirigidas por policiais, cabe a Secretaria de Estado de Educação prover o quadro pedagógico (como professores, coordenadores, orientadores pedagógicos e funcionários de serviços gerais). Apesar de tais trabalhadores estarem subordinados à Secretaria de Educação, devem seguir o comando e a orientação da direção da polícia. É ainda a Secretaria de Estado de Educação que deverá dar o apoio necessário juntamente com a supervisão para o funcionamento das escolas. Ademais,

A lei nº 14.044 descreve também que a administração das unidades deve ser regulamentada por regimento interno subordinado à Secretaria da Segurança Pública por meio da PM do Estado de Goiás, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação, pelo Termo de Cooperação Técnico-Pedagógica. Em cada unidade escolar, deverá haver uma secretaria, coordenada pela secretaria-geral da Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa da Polícia Militar. Os diretores (tenentes- coronéis-diretores) são designados pelo comandante-geral da PM, a quem compete ainda realizar as “denominações históricas” da unidade, tais como o brasão, os estandartes, as insígnias de comando e outros símbolos que achar pertinente (SANTOS, 2016, P. 22).

Após 1999, a PM volta a incorporar outras unidades de escola somente em 2007, assumindo o Colégio Polivalente modelo que foi fundido com a Escola Estadual de 1º grau Vasco dos Reis (GOIÁS, 2007). Até o ano de 2007 foram criados em Goiás seis Colégios da Polícia Militar, sendo dois em Goiânia, o Polivalente Modelo Vasco dos Reis e o Hugo de Carvalho Ramos; dois em Anápolis, o Ayrton Senna e o CPMG de Anápolis; o CPMG de Rio Verde; e o CPMG de Itumbiara (GOIÁS, 2001). Mas foi

somente a partir de 2013 que houve um crescimento realmente significativo na transferência de escolas estaduais para a administração da PM. De forma que em 2013 somavam mais doze colégios (GOIÁS, 2013a). No final desse ano também foi aprovada a criação das Funções Comissionadas de Administração Educacional Militar (FCEM) diante da qual os militares da reserva remunerada da Polícia Militar do Estado de Goiás poderiam diante convocação e aceitação voluntária, retornarem à ativa para desempenhar funções do seu posto ou graduação junto aos Colégios da Polícia Militar a serem implantados a partir de 2013 (GOIÁS, 2013b).

Em julho de 2014 os CPMG atingiram o número de vinte colégios em todo o estado de Goiás (GOIÁS, 2014). Por fim, em 2015 foi aprovada a lei que transformou em Senador Canedo, o Colégio Pedro Xavier Teixeira que será o objeto de estudo desse trabalho e mais seis colégios em CPMG (GOIÁS, 2015a). A lei 18.967 deu visibilidade ao Estado de Goiás na mídia nacional (MENDONÇA, 2014). A justificativa para que esses colégios estaduais se transformassem em CPMG se dá “em razão dos bons resultados apresentados pelos colégios militares, que proporcionam rigoroso padrão de qualidade, primeiro lugar no Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (Ideb) de Goiás e destaque no Enem” (GOIÁS, 2015b,p.2).

2.3. O FUNCIONAMENTO DOS CPMG

Segundo Guimarães (2017) com diminuição do índice de distorção idade-série e introdução da disciplina militar nas escolas, boa parte da sociedade defende esse modelo de gestão dos colégios, pois acredita que assim a educação tem mais qualidade e segurança para seus filhos. Os CPMG se diferem dos CM (Colégio Militar) no que diz respeito a formação, uma vez que, enquanto o segundo é direcionado para a formação de oficiais e praças para a marinha, exército e aeronáutica, os CPMG, apesar de também possuir uma estrutura militarizada, destinam suas vagas para a formação de civis sem a finalidade militar ou policial (GUIMARÃES, 2017).

De acordo com o Regimento Interno dos Colégios da Polícia Militar a estrutura que rege essas escolas é a apresentada na figura 1:

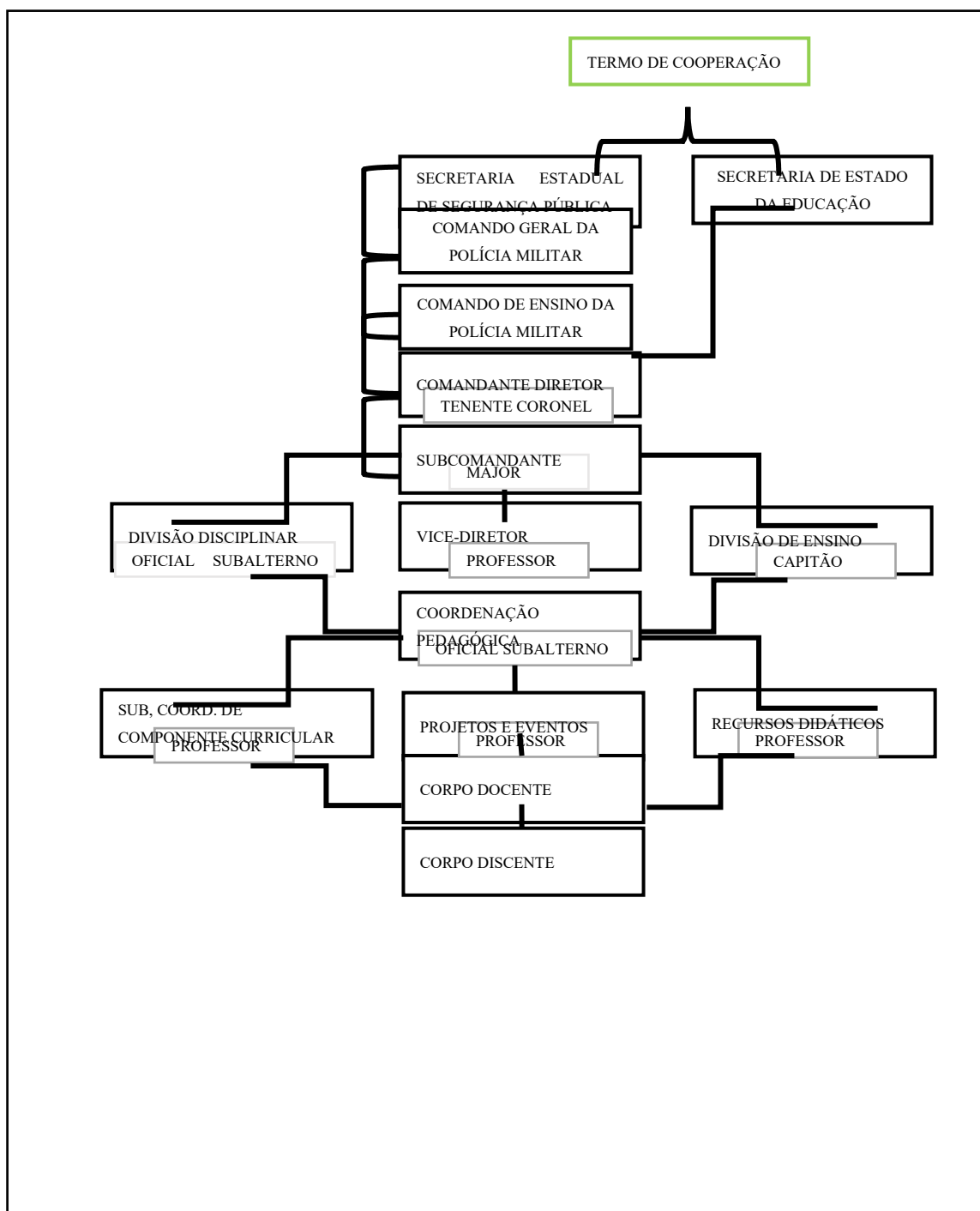


Figura 1 – Estrutura organizacional dos Colégios da Polícia Militar

Fonte: (COMANDO DE ENSINO DA POLÍCIA MILITAR – GO, 2015)

Segundo Guimarães (2007) e o próprio Regimento Interno do CPMG, há uma distribuição hierárquica a ser seguida, de forma que os cargos de maior responsabilidade se concentram em mãos da Polícia Militar e os demais cargos são ocupados pelos funcionários cedidos pela Secretaria de Estado da Educação. Em agosto de 2016 a Lei nº 19.437 altera a Lei nº 18.357, de 30 de dezembro de 2013, dizendo que além dos militares da reserva remunerada da Polícia Militar do Estado de

Goiás, também os militares da reserva remunerada do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás poderiam, mediante convocação, por aceitação voluntária, retornarem à ativa em funções do seu posto ou graduação nos CPMG (GOIÁS, 2016).

Os militares da reserva remunerada, tanto da PMGO quanto do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, que desejam entrar para o serviço ativo da PMGO devem se inscrever em um processo seletivo realizado pela Polícia Militar. Entre as determinações que estão dispostas para o candidato ser aprovado no processo seletivo, uma delas é a necessidade que ele tenha menos de 65 anos e não tenha sido punido nos últimos dois anos de serviço pela prática de transgressão disciplinar grave. Uma vez aprovado em todas as etapas do processo seletivo, de acordo com a Lei nº 19.966, de 11 de janeiro de 2018, o Policial Militar da Reserva Remunerada convocado, receberá além dos vencimentos que competem ao seu posto ou graduação, uma indenização de convocação que será paga mensalmente no valor de quarenta e cinco por cento do valor da reserva remunerada, durante o tempo que perdurar a convocação sem direito a incorporação da indenização (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS, 2018).

As CPMG possuem uma reserva de 50% das vagas para filhos de policiais militares e os outros 50% são destinados ao sorteio público aberto à comunidade estudantil mediante inscrição para a participação do processo seletivo. Os responsáveis pelos estudantes dos colégios geridos pela PMGO são encorajados a doar contribuições voluntárias que tem por objetivo trazer melhorias a escola à qual o aluno pertence (COMANDO DE ENSINO DA POLÍCIA MILITAR – GO, 2015).

Segundo Guimarães (2017) pode-se perceber, pela forma de funcionamento, que os CPMG não foram concebidos para se tornarem um sistema universal de educação, mas sim uma rede de escolas com gestão diferenciada que mostra melhoras no índice de evasão, nas externas e no índice de distorção idade-série. Certamente, esse tipo de modelo demonstra que é possível tornar as escolas públicas referência em ensino.

3. METODOLOGIA

A fim de se realizar uma maior análise do objeto do presente estudo, foi feita uma pesquisa amplamente bibliográfica, utilizando-se do método dedutivo, onde as premissas tornam-se aptas a fornecer um fundamento definitivo de conclusão.

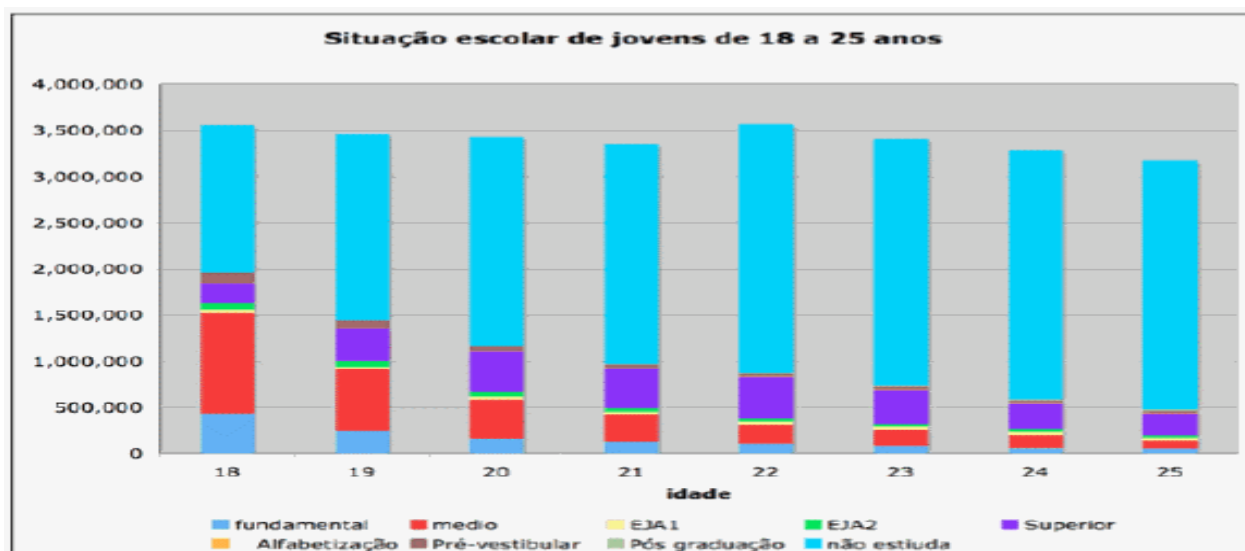
Além da pesquisa bibliográfica foram utilizados como apoio web sites, que puderam fornecer grande parte das informações que hoje são acessíveis através deles, como legislações e regimentos internos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo tratará dos resultados e discussão obtidos através da revisão de literatura.

Como visto, a educação em Goiás se iniciou com o colégio de Santa Clara, logo no início, onde a capital foi criada. A população migrava da zona rural com o objetivo de poder dar aos seus filhos uma oportunidade de ascensão social. De imediato os problemas foram surgindo, já que a escola pública era direcionada aos mais pobres.

Os anos foram se passando e as vagas disponíveis em escola pública se ampliando. Acontece, que exatamente como ocorre nos dias atuais existem vagas, porém o custeamento da educação não acompanha tal proporção. Um retrato disto é a situação escolar, conforme gráfico abaixo, tendo em vista que os jovens de 18 a 25 anos não seguem adiante nos estudos devidos as condições sociais precárias:



Fonte: BLOG DO ENEM (2015)

Os colégios da Polícia Militar em Goiás foram implantados em 1990 e somente em 1998 conseguiram autorização para o funcionamento de cursos destinados ao ensino fundamental e médio através do Conselho Estadual de Educação. A primeira escola foi a Escola Estadual de 1º grau Vasco dos Reis.

Com o passar dos anos, a Polícia Militar passou a incorporar outras unidades de escola. Foi em 2013 que houve um aumento significativo na transferência de escolas estaduais para a administração da PM.

Atualmente, Goiás conta com os seguintes colégios da Polícia Militar e estima-se a criação de mais 10 neste ano de 2018:

- 1 ARISTON GOMES;
- 2 ARLINDO COSTA;
- 3 AYRTON SENNA;
- 4 BENEDITA BRITO;
- 5 CARLOS CUNHA;
- 6 CB EDMILSON;
- 7 CESAR TOLEDO;
- 8 CHRISTÓVAN DE OLIVEIRA;
- 9 COLINA AZUL;
- 10 DIONÁRIA ROCHA;
- 11 DOM PRUDÊNCIO;
- 12 DOMINGOS DE OLIVEIRA;
- 13 DOUTOR NEGREIROS;
- 14 FERNANDO PESSOA;
- 15 GABRIEL ISSA;
- 16 GERALDA ANDRADE;
- 17 GOIATUBA;
- 18 GUANABARA;
- 19 HÉLIO VELOSO;
- 20 HUGO;
- 21 ITAUÇU;
- 22 IVAN FERREIRA;
- 23 JOÃO AUGUSTO;
- 24 JOSÉ CARRILHO;
- 25 JOSE DE ALENCAR;
- 26 JOSE SILVA;

27 MADRE GERMANA;
28 MAJOR OSCAR ALVELOS;
29 MANOEL VILAVERDE;
30 MANSÕES PARAISO;
31 MARIA HELENY;
32 MARIA TEREZA;
33 MIRIAM BENCHIMOL;
34 NESTÓRIO RIBEIRO;
35 NIVO DA NEVES;
36 PEDRO LUDOVICO;
37 PEDRO XAVIER;
38 SANTA HELENA DE GOÍAS;
39 SGT NADERA;
40 SILVIO DE CASTRO;
41 THARSIS CAMPOS;
42 TOMAZ MARTINS;
43 VASCO DOS REIS;
44 WALDEMAR MUNDIM;
45 XAVIER DE ALMEIDA;
46 CEPMG 5 DE JANEIRO.

As justificativas para que estes colégios se transformassem em CPMG eram os bons resultados, o rigoroso padrão de qualidade e o destaque no Índice de Desenvolvimento de Educação Básica de Goiás e destaque também no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM.

A maioria da sociedade atualmente defende esse modelo de gestão da disciplina militar nas escolas, pois acreditam na sua qualidade e segurança.

É de destaque a Lei nº 19.437/2016 que alterou a Lei nº18.357/2013 que trata que os militares da reserva remunerada da Polícia Militar do Estado de Goiás e também o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás podem mediante convocação e aceitação voluntária, retornar à ativa nos CPMG.

Por fim, cumpre dizer, que os CPMG não foram criados para serem sistema universal de educação, mas uma rede de escolas com gestão diferenciada e com resultados significativos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo exposto, observa-se em primeira monta, a necessidade de se entender a evolução histórica da educação do estado de Goiás, onde diante do apelo pela modernização foi transformando escolas estaduais em escolas de ensino militar.

Várias reformas foram acontecendo, tendo os colégios da Polícia Militar de Goiás sido implantados na década de 1990. Esse novo modelo de educação foi amplamente aceito por toda a sociedade, devido a maior qualidade e segurança.

Foi no ano de 2013 que houve um aumento significativo de escolas, e hoje, em 2018, existem em torno de 46 (quarenta e seis) unidades, com previsão de criação de outras novas.

Um sistema de gestão diferenciada, com resultados significativos proporcionou uma maior justificativa para transformação de colégios em CPMG's.

Não só no estado de Goiás, mas pelo Brasil, o desempenho dos alunos de escolas militares é dos melhores no IDEB - o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Em nove estados, os colégios militares ficaram em primeiro lugar no Exame Nacional do Ensino Médio. (JOVEM PAN, 2015) O desempenho diferenciado dos alunos de escolas militares em exames de proficiência tem dado força a visão que estas escolas deveriam servir de referencial para as escolas públicas no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. I. O CAMPO DA EDUCAÇÃO EM GOIÁS: O DILEMA DO ENSINO PÚBLICO. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/7.28.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2018.

COMANDO DE ENSINO DA POLÍCIA MILITAR – GO. Regimento Interno do Colégio da Polícia Militar de Goiás., 2015. Disponível em: <http%5C%5Ccpmganapolis.net/wpcontent/uploads/2015/05/regimento_interno.pdf>

GOIÁS. LEI Nº 18.967, DE 22 DE JULHO DE 2015 Dispõe sobre a transformação das unidades de ensino que especifica em Colégios Militares e dá outras providências., 2015a.

JOVEM PAN. **A importância dos colégios militares no Brasil**. Disponível em <https://jovempan.uol.com.br/opiniao-jovem-pan/importancia-dos-colegios-militares-no-brasil.html>. Acesso em 23/05/2018.

_____. LEI Nº 19.437, DE 30 DE AGOSTO DE 2016 Dispõe sobre

modificações na Lei nº 18.357, de 30 de dezembro de 2013, no seu Anexo Único, e dá outras providências., 2016.

_____. LEI Nº 14.050, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2001. lei: Dispõe sobre a criação, instalação e transferência de Unidades na Polícia Militar do Estado de Goiás e dá outras providências., 2001.

_____. LEI Nº 16.152, DE 26 DE OUTUBRO 2007. Promove a fusão das Unidades Escolares da Secretaria da Educação e da Polícia Militar que especifica. p. 404104, 2007.

_____. LEI Nº 18.342, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013, 2013a.

_____. LEI Nº 18.357, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013. Institui, no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública, Funções Comissionadas de Administração Educacional Militar –FCEMs– para os fins e nos valores que menciona e dá outras providências., 2013b.

_____. LEI Nº 18.556, DE 25 DE JUNHO DE 2014 Dispõe sobre a criação do Colégio da Polícia Militar de Goiás –CPMG– que menciona e dá outras providências, 2014.

_____. Governo envia à AL mensagem para criação de mais 8 colégios militares. Disponível em: <<http://www.casacivil.go.gov.br/post/ver/199502/index.php/pagina/mapaSite/mapa-do-site>>. Acesso em: 25 fev. 2018b.

GUIMARÃES, P. OS NOVOS MODELOS DE GESTÃO MILITARIZADAS DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE GOIÁS. *XXIX Simpósio Nacional de História*, p. 1–16, 2017.

MENDONÇA, R. Goiás aposta em “militarização” de escolas para vencer violência. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140819_salasocial_eleicoes_educacao_escola_militarizada_rm>. Acesso em: 20 fev. 2018.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. Portaria nº 10184/2018 - pm, 2018.

SANTOS, R. *A militarização da escola pública em goiás*. Dissertação de Mestrado apresentada a PUC-GO.